

Estudo indica descontrole nas folhas de pagamento

Estudo sobre o descontrole dos gastos realizados com servidores dos poderes Legislativo e Judiciário dos Estados, feito pelo deputado Antônio Kandir (PSDB-SP) e apresentado aos parlamentares, mostra que as folhas de pagamento destes setores cresceram 94% de 1988 para 1994. No mesmo período, os Estados tiveram um aumento de investimentos de apenas 8%, enquanto os gastos com o pagamento de juros e custeio global cresceram, respectivamente, 18% e 32%.

Segundo Kandir, os números mostram o "descontrole" que a Constituição de 1988 provocou nos três Poderes. Com a desculpa da independência, Legislativo e Judiciário elevaram salários em demasia ou contrataram servidores sem nenhum critério. Para o deputado, só a reforma administrativa poderá mudar este quadro.

Kandir disse que o levantamento revela também que o problema dos Estados não é somente o crescimento da massa de juros e custeio, mas, principalmente, o descontrole entre os Poderes. Se-

gundo ele, a receita global dos Estados cresceu 45% e as transferências da União cerca de 100%, de 1988 a 1994, mas isto não foi o suficiente para o equilíbrio das finanças públicas.

O líder do PMDB na Câmara, Michel Temer (SP), sugeriu ontem que os governadores apliquem o Artigo 17 das Disposições Transitórias da Constituição para controlar suas folhas de pagamento. O artigo diz que nenhum funcionário público pode ganhar mais que o presidente da República, que recebe mensalmente R\$ 8,5 mil. Ele lembrou ainda que o funcionário contratado sem concurso só tem estabilidade se tiver entrado no serviço público até 5 de outubro de 1983.

Segundo Temer, o governador do Piauí, Francisco de Moraes (PMDB), descobriu que pode demitir 40 mil dos 82 mil funcionários, porque eles não têm estabilidade, mas só não realiza os cortes "porque poderá causar uma comoção social com o desemprego dos servidores".

João Domingos/AE